



Bolsas
Na sexta-feira

0,47%

São Paulo

0,53%

Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias

173.885

177.999

28/7

29/7

30/7

31/7

Dólar

Na sexta-feira

R\$ 5,070

(+ 0,18%)

Últimos

27/julho

5,112

28/julho

5,121

29/julho

5,108

30/julho

5,061

Salário mínimo

R\$ 1.621

Euro
Comercial, venda na sexta-feira

R\$ 5,846

CDI
Ao ano

14,15%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)

13,96%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Fevereiro/2026

0,70

Março/2026

0,88

Abril/2026

0,67

Maior/2026

0,58

junho/2026

0,16

AGRO

Soja desafia produção de alimentos na Amazônia

Estudo do Instituto Escolhas, obtido com exclusividade pelo **Correio**, mostra que a expansão de 71% da oleaginosa nas regiões metropolitanas reduziu o espaço de culturas como mandioca, arroz e banana e acende alerta para a segurança alimentar

» RAFAELA GONÇALVES

A rápida expansão da soja nas regiões metropolitanas da Amazônia Legal está alterando o perfil da produção agrícola em áreas que concentram quase metade da população da região e acende um alerta sobre a segurança alimentar. Entre 2017 e 2024, a área plantada com soja cresceu mais de 70% nesses territórios — ritmo superior ao observado tanto na média nacional quanto no conjunto dos estados amazônicos —, enquanto culturas fundamentais para a alimentação da população, como mandioca, banana, arroz e melancia, perderam espaço. As conclusões integram o estudo “Muita soja e pouca mandioca: a alimentação nas regiões metropolitanas da Amazônia Legal”, do Instituto Escolhas, obtido pelo **Correio**. A pesquisa analisou dez bases públicas de dados e avaliou desde produção agrícola e consumo alimentar até abastecimento e orçamento público para identificar como evoluíram os sistemas alimentares dos 138 municípios que integram as regiões metropolitanas da Amazônia Legal.

Para a diretora de Pesquisa do Instituto Escolhas, Juliana Ramos Luiz, a discussão vai além da agricultura. Trata-se de um desafio de planejamento urbano, desenvolvimento regional e segurança alimentar. “A produção de alimentos é um problema público que ultrapassa fronteiras territoriais. Assim como o transporte precisa ser pensado regionalmente, o abastecimento alimentar também deveria ser tratado dessa forma”, afirma. Embora frequentemente associada apenas ao bioma amazônico, a Amazônia Legal é também um arranjo político-administrativo criado para orientar políticas de desenvolvimento regional por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O território reúne 773 municípios distribuídos em nove estados e engloba, além da Amazônia, áreas do Cerrado e do Pantanal. Dentro desse universo, 138 municípios pertencem às regiões metropolitanas, criadas por leis estaduais justamente para enfrentar problemas públicos que extrapolam os limites municipais, como transporte, saneamento e, segundo a pesquisadora, também a alimentação.

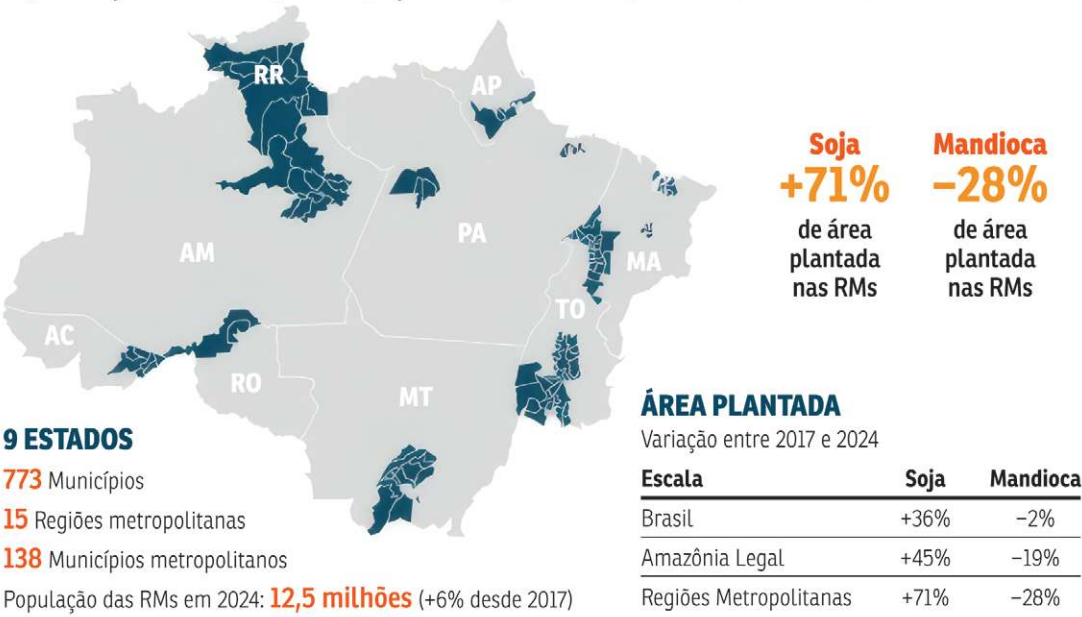
O estudo mostra que o tema ganha ainda mais relevância diante dos indicadores sociais. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) apontam que 24% dos domicílios brasileiros convivem com algum grau de insegurança alimentar. Nos estados da Amazônia Legal, seis dos nove apresentam índices superiores à média nacional. No Pará, o percentual chega a 44%.

Mudança produtiva

O principal sinal identificado pelo levantamento é a mudança na ocupação agrícola. Entre 2017 e 2024, a área destinada à soja aumentou mais de 70% nas regiões metropolitanas amazônicas, enquanto a expansão nacional foi de 36% e, nos estados da Amazônia Legal, de cerca de 45%. O avanço ocorre justamente em áreas próximas aos centros urbanos, locais estratégicos para abastecimento de frutas, verduras e alimentos frescos. Juliana ressalta que o estudo não questiona a importância econômica da soja, principal commodity

Alimentação na Amazônia Legal

Soja avança e mandioca perde espaço nas Regiões Metropolitanas (2017–2024)



RANKING DAS CULTURAS

Variação da área plantada nas RMs (2017–2024)

Maiores altas	Maiores quedas
Milho: +73%	Arroz: -1%
Soja: +71%	Banana: -11%
Feijão: +49%	Mandioca: -28%
	Melancia: -51%

CEASAS: APAGÃO DE DADOS

69 centrais de abastecimento cadastradas na Conab
Apenas **5** estão na Amazônia Legal
Apenas **1 (Acre)** informa o volume comercializado

FRUTAS E HORTALIÇAS DE ORIGEM AMAZÔNICA NOS CEASAS DO BRASIL

2017: **1,5%** do total comercializado
2024: **1,4%**
Em ambos os anos, entrou mais produto importado do que amazônico

Fonte: Instituto Escolhas, com base em IBGE, MapBiomas, Siconfi/Ministério da Fazenda, Dieese e Conab. Valores corrigidos pelo IPCA (dezembro de 2025).

Divulgação/Emater-DF



Entre 2017 e 2024, a área destinada à soja aumentou mais de 70%

agrícola brasileira, mas alerta para seus efeitos sobre a produção destinada ao consumo local. “Os dados mostram que cerca de 72% da soja produzida na Amazônia Legal é exportada em grãos, sem benefício. É uma atividade economicamente importante, mas estamos falando de regiões próximas às cidades. Produzir alimentos perto das pessoas também é uma ferramenta de segurança alimentar”, avalia.

O crescimento da oleaginosa veio acompanhado da redução da área cultivada com alimentos tradicionais. Entre eles estão banana, melancia, arroz e, principalmente, mandioca — alimento central na dieta amazônica.

A pesquisa mostra que, enquanto a soja expandiu sua área, a mandioca perdeu espaço relativo. Se em 2017 a diferença entre ambas já era significativa, em 2024 a área destinada à mandioca passou a representar uma fração ainda menor da ocupada pela soja. “É um sinal de alerta relevante. Estamos

observando uma alteração produtiva justamente em regiões onde vivem milhões de pessoas”, diz.

Segundo a pesquisadora, dados de consumo também indicam uma tendência preocupante. “As pesquisas já mostram redução no consumo de frutas, legumes e verduras e aumento de alimentos ultraprocessados. Se essa alteração produtiva continuar, a tendência é que esse cenário se aprofunde”, destaca.

Falta de dados

O segundo grande alerta do estudo envolve o abastecimento alimentar. A pesquisa identificou forte desigualdade na distribuição das Centrais de Abastecimento (Ceasas). Das unidades monitoradas pelo Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), apenas cinco estão na Amazônia Legal.

Além do número reduzido de estruturas, a disponibilidade de

informações também é limitada. “Existe pouco espaço físico dedicado ao abastecimento e também pouca transparência sobre os dados. Muitas dessas centrais praticamente não disponibilizam informações sobre comercialização, origem e circulação dos alimentos”, afirma Juliana.

Mesmo com as limitações, os dados disponíveis mostram que menos de 2% de todas as frutas, legumes e verduras comercializadas nas centrais brasileiras têm origem na Amazônia Legal. Entre 2017 e 2024, o volume desses alimentos caiu de 180 mil para 161 mil toneladas, redução de 11%. O resultado pode indicar tanto diminuição da produção quanto mudanças na distribuição regional dos alimentos.

Orçamento

O levantamento também identificou baixa prioridade orçamentária para políticas de abastecimento. Segundo o estudo, diversos estados da Amazônia Legal não destinam recursos específicos para essa área. Quando há investimentos, os valores representam parcela muito pequena dos gastos públicos.

Em 2024, os recursos destinados ao abastecimento somaram apenas R\$ 14 milhões, valor corrigido pela inflação, equivalente a cerca de 2% da função Agrícola. “Estamos muito longe de uma coordenação estadual capaz de organizar os sistemas alimentares dessas regiões”, afirma Juliana.

Outro diagnóstico preocupante envolve o planejamento municipal. Embora muitos municípios possuam alguma estrutura administrativa voltada à segurança alimentar, apenas 11% contam com Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. “Ter uma secretaria não basta. O plano estabelece diagnóstico, metas,

CESTA BÁSICA

Variação do gasto mensal médio (2016–2025)

Todas as capitais da Amazônia Legal registraram aumento no gasto mensal médio com a cesta básica

Menor alta: Porto Velho **(+6%)**
Maior alta: Cuiabá **(+19%)**

Gasto mensal em 2025

Maior valor: Palmas **(R\$ 712,96)**
Menor valor: Porto Velho **(R\$ 636,37)**

RECOMENDAÇÕES

Municípios

- Incluir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Plano Diretor.
- Aderir ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

Estados

- Requalificar as Ceasas.
- Priorizar recursos para abastecimento.

União

- Financiar infraestrutura.
- Apoiar a agricultura urbana e periurbana.

cronograma e permite transformar o tema em política pública”, enfatiza.

Caminhos

Entre as recomendações, o Instituto Escolhas defende maior adesão dos municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), cuja participação é voluntária. Segundo Juliana, a adesão facilita o acesso a programas federais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e fortalece estruturas de abastecimento da agricultura familiar.

A pesquisadora também defende maior protagonismo dos estados. “O estado precisa exercer esse papel de coordenação, ampliar recursos para abastecimento, olhar os sistemas alimentares de forma integrada, da produção ao consumo, e dar mais transparência aos dados.”

Para Juliana, o crescimento da produção agrícola não precisa ocorrer em detrimento da segurança alimentar, desde que seja acompanhado por diversificação produtiva e boas práticas agrícolas. Ela lembra que o próprio Plano ABC+, voltado à agricultura de baixa emissão de carbono, prevê práticas como o sistema de plantio direto e a rotação de culturas. “Hoje predominam sucessões como soja e milho. A rotação de culturas permite diversificar a produção, melhora a saúde do solo e reduz a dependência de um único cultivo”, pondera.

Segundo a pesquisadora, manter a expansão baseada apenas na monocultura traz riscos econômicos e ambientais. “Não é uma questão apenas ambiental. O solo se exaure, os custos aumentam e o sistema perde sustentabilidade econômica. A Amazônia é a região mais biodiversa do planeta. Existe enorme potencial para produzir mais, diversificar e fortalecer a bioeconomia.”

Fim da Moratória

Os dados analisados pelo Instituto Escolhas abrangem o período até 2024 e, por isso, não incorporam os efeitos do fim da Moratória da Soja, encerrada em 1º de janeiro de 2026. Criado em 2006, o acordo voluntário entre traders restringia a compra de soja produzida em áreas do bioma Amazônia desmatadas após a data de corte estabelecida pelo pacto e foi considerado, ao longo de quase duas décadas, um dos principais instrumentos para conter o avanço da cultura sobre áreas recém-desmatadas.

A moratória chegou ao fim após a saída da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), que reunia as principais empresas participantes, além da desfiliação de traders como Cargill e Bunge. O encerramento do acordo ocorreu em meio à pressão de produtores rurais e a questionamentos apresentados ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre seus impactos na concorrência do mercado de soja.

Dessa forma, os resultados retratam um cenário anterior ao fim da Moratória e não permitem avaliar os efeitos das mudanças mais recentes sobre a expansão da cultura e a dinâmica do uso da terra na Amazônia.

Apesar disso, um estudo publicado na revista *Science* projeta os possíveis impactos do fim do acordo. Segundo a pesquisa, a extinção da Moratória da Soja poderá provocar a destruição adicional de 1,4 milhão de hectares de floresta amazônica ao longo da próxima década, com emissões de aproximadamente 745 milhões de toneladas de CO2 equivalente — volume próximo ao emitido anualmente pelo Canadá.

Intitulado The Rise and Fall of the Amazon Soy Moratorium, o estudo analisou quase duas décadas de funcionamento do pacto firmado entre empresas, organizações ambientais e representantes do governo. Pelo compromisso, empresas compradoras de soja deixavam de adquirir grãos produzidos em áreas do bioma Amazônia desmatadas após julho de 2008.

De acordo com os pesquisadores, a Moratória da Soja evitou a conversão de aproximadamente 1,8 milhão de hectares de floresta e reduziu em cerca de 35% o desmatamento nas regiões com maior potencial de expansão da cultura.

O estudo também contesta a avaliação de que o acordo teria limitado o crescimento da produção agrícola. A análise indica que existem cerca de 1,7 milhão de hectares de áreas já abertas e aptas ao cultivo de soja na Amazônia, o que permitiria ampliar a produção sem a necessidade de converter novas áreas de floresta.

Para Tiago Reis, especialista em Conservação do WWF-Brasil, o enfraquecimento desse mecanismo pode gerar também efeitos indiretos, como o aumento da especulação fundiária e da pressão sobre florestas públicas e propriedades privadas ainda preservadas. “Produzir mais e conservar a Amazônia são objetivos que podem caminhar juntos, desde que haja transparência, responsabilidade compartilhada e mecanismos capazes de orientar a expansão produtiva para áreas já abertas”, diz. **(RG)**